



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de 2017, com início às 09h46, nas instalações do Ministério Público Federal, localizado na Rua Marechal Deodoro, 933, nesta Capital, foi realizada a 20ª reunião ordinária do Colegiado da Rede de Controle da Gestão Pública – PR (RCGP-PR). Presentes os representantes das seguintes instituições partícipes: Advocacia Geral da União – AGU, Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, Controladoria Geral do Estado - CGE, Controladoria Geral da União – CGU, Departamento de Polícia Federal – DPF, Ministério Público de Contas – MPC, Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR, Ministério Público Federal – MPF, Ministério Público do Trabalho – MPT, Procuradoria Geral do Estado - PGE, Receita Federal do Brasil – RFB, Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos - SEJU, e Tribunal Regional Eleitoral - TRE. Justificada a ausência de representantes da SEFA e SESP. Registrada a ausência de representantes da ALEP, TCE e TCU.

O Coordenador da Rede, **Gerson Filho** (CGE) reconheceu a presença de todos e, particularmente, ao representante do MPF, Daniel Holzmann Coimbra, pelo empréstimo do espaço para a reunião. Em seguida passou a palavra ao procurador da república **Deltan Dallagnol** que agradeceu e disse que é uma honra estar nesta reunião da Rede e honra maior fazer a leitura do seguinte manifesto, o que foi realizado na presença de representantes da mídia.

“Manifesto

A Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná, reunida em sua última reunião anual, diante dos graves fatos que vêm sendo revelados em diversas investigações no país, da reação de pessoas poderosas às investigações e da aproximação do dia 9 de dezembro, Dia Internacional do Combate à Corrupção, vem a público afirmar:

- 1. Sucessivas investigações têm descortinado um cenário de corrupção sistêmica no país. Apesar disso, ressaltados os avanços promovidos pelas apurações, pouco se caminhou para mudar esse quadro. Pelo contrário. Há ameaças de retrocesso e iniciativas que buscam implementar uma agenda anticorrupção não têm recebido a devida atenção.*
- 2. Expressão disso é o fato de que exatamente um ano atrás, em 29 de novembro de 2016, o debate sobre medidas anticorrupção foi precocemente encerrado no Poder Legislativo, num duro golpe na luta contra a corrupção e na confiança dos brasileiros no Congresso. Naquele dia, a Câmara dos Deputados desfigurou as 10 Medidas contra a Corrupção, um pacote de alterações legislativas que chegou ao Congresso Nacional com o apoio de mais de dois milhões de cidadãos.*
- 3. Diagnosticar e combater a corrupção são alguns dos objetivos da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná, criada em 2009 e atualmente composta por 18 instituições. Embora seja essencial promover a adequada responsabilização de corruptos, mesmo os melhores esforços na frente repressiva não serão suficientes para reduzir os índices de corrupção de maneira efetiva e duradoura. Esse objetivo exige reformas significativas que envolvem mudanças na legislação e, portanto, somente será atingido se o Congresso Nacional tomar a iniciativa de discutir e implementar uma agenda anticorrupção.*



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

4. Infelizmente, é improvável que a composição atual do Congresso faça avanços nesse sentido. Grande parte da classe política dá sinais de estar interessada em impedir o prosseguimento de operações como a Lava Jato e garantir a impunidade de pessoas poderosas que desviaram e usaram dinheiro público em benefício próprio ou de seus partidos.

5. É de extrema importância, portanto, o envolvimento da sociedade para evitar retrocessos e para garantir que sejam eleitos, em 2018, candidatos com ficha limpa e comprometidos com a pauta anticorrupção. Somente a sociedade, por meio do voto livre e consciente, poderá promover a renovação política necessária para que sejam criadas e aprovadas leis que previnam a corrupção, reduzam a impunidade e garantam o exercício pleno do controle social. A eleição de deputados e senadores íntegros e comprometidos com o combate à corrupção e o bom uso dos recursos públicos será um modo de promover maior integridade no país e contribuirá para que a Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná possa atuar ainda melhor na prevenção e combate à corrupção.

REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ
Curitiba, 29 de novembro de 2017.”

Na sequência ocorreu uma coletiva de imprensa com questionamentos a respeito do assunto, cujo resultado pode ser consultado nos diversos meios de comunicação.

Encerrada a coletiva o Secretário da Rede, **Eduardo Cambi** (MPPR), cumprimentou os participantes da reunião e comentou a respeito das *10 Medidas contra a Corrupção*; que dos 2 milhões de assinaturas o Paraná foi o estado que, proporcionalmente, mais se mobilizou. Reafirmou o compromisso de combater a corrupção e que, chegando ao final de 2017, planejando as ações para 2018 a Rede vai encampar uma campanha estadual na prevenção e no combate à corrupção.

Deltan Dallagnol enfatizou que as *10 Medidas* representam um debate necessário e que 2018 é a batalha final da Operação Lavajato e que cabe ao povo exercer o seu poder elegendo candidatos “ficha limpa”.

Cambi comentou que a presença de Deltan Dallagnol é significativa nesta reunião porque ele é como um ícone no combate à corrupção e na educação para o exercício da cidadania.

Vitor Pierantini da AGU informou que enviou email a respeito do manifesto e que tem dúvida se é a medida mais adequada, não se sentindo confortável, como advogado da União, em assinar o Manifesto.

Sérgio Ritzmann (TRE/PR) informou aos presentes da participação ativa daquele órgão desde o início da constituição da Rede, assim como o apoio emprestado a todas as ações voltadas ao combate à corrupção, e que, mais recentemente, o Tribunal tem multiplicado ações voltadas ao desenvolvimento



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

da Cidadania. Mencionou o recente Encontro Estadual de Juízes Eleitorais onde o Dr. Nicolau Konkell Jr. explanou todas as atividades atualmente desenvolvidas no TRE com mais de 500 escolas no curso deste ano de 2017. Essas atividades envolvem os projetos “Eleitor do Futuro”, “Parlamento Jovem”, convênio com universidades, cursos de extensão em Direito Eleitoral e, por fim, a edição da Revista Paraná Eleitoral. A pedido do Coordenador da Rede o representante comprometeu-se a sugerir ao Des. Luiz Taro Oyama a data de 28 de fevereiro para a próxima reunião do Colegiado a ser realizada nas dependências do TRE.

Paula Thá, Procuradora-chefe do MPF chegou à reunião e passou a representar a instituição até então sob a responsabilidade do Procurador-chefe substituto Daniel Hozmann Coimbra.

Bruno Galati (MPPR) disse que considera a redação do item 4 do Manifesto não a mais adequada, mas que o documento servirá pra alertar a população e que não poderia deixar de apoiar.

Deltan Dallagnol agradeceu as considerações a respeito do Manifesto e disse que as questões colocadas podem ser ajustadas com nova redação no futuro. Que o essencial é chamar a atenção da sociedade e que ela tem o principal papel. Colocou algumas perspectivas de futuro:

1. Apresentou um roteiro básico para análise de contratos públicos em que haja suspeita de corrupção:
 - identificar todos os prestadores de serviço naquele contrato e checar, em ordem decrescente de valores recebidos e especialmente em relação às prestadoras de serviço de "consultoria", informações básicas como: existência física da sede (citou exemplos de casos em que essas empresas "funcionavam" em terrenos baldios), existência de funcionários em quantidade e qualificação compatível com os serviços prestados, composição societária, forma de pagamento dos valores, identificando o caminho dos recursos pagos.
2. Esclareceu a razão pela qual entende que 2018 é um ano decisivo para a Operação Lavajato. Na Itália a Operação Mãos Limpas não foi além porque as ações do Poder Judiciário não foram acompanhadas das necessárias medidas a serem adotadas pelo Congresso. A Itália deixou de renovar o Congresso e de fazer as reformas legislativas necessárias. No



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Brasil, a FGV e a Transparência Internacional estão desenvolvendo um pacote anticorrupção bem mais completo que as 10 Medidas Contra a Corrupção, ao qual ideias e inclusive projetos de lei podem ser agregados com o objetivo de implementar as reformas legislativas necessárias.

Ainda apresentou duas sugestões: 1) integração da sociedade; 2) constituição de um grupo para analisar, com base em dados públicos, a vida pregressa dos candidatos a Deputado Federal e a Senador nas eleições de 2018. Registrou que uma simples análise do Imposto de Renda apresentado à Receita Federal e das declarações de bens junto ao TRE, por exemplo, pode apontar para indícios de desvios, especialmente dos candidatos à reeleição.

Por fim, agradeceu a oportunidade de estar presente e parabenizou a Rede pelo trabalho integrado, retirando-se em seguida.

Glauco (MP) comentou sobre a falta de recursos para tal intento, na análise dos candidatos.

Gabriel (MPC) comentou que é fundamental a reformulação do modelo dos Tribunais de Contas. A FIEP contratou a Transparência Brasil para montar uma plataforma de acompanhamento da evolução patrimonial dos candidatos a deputados federais e senadores.

Flávio disse que em meados de junho 2018 já teremos os nomes dos candidatos junto ao TRE/PR.

Bruno aventou a possibilidade de conseguir voluntários junto à área de inteligência, onde atua no MPPR.

Sérgio disse que o TRE/PR tem um convênio com a FIEP – Voto Limpo - e que a Rede poderia firmar uma parceria com a Federação.

Cristine (CGU) comentou que todos podem encaminhar sugestões para compor algo mais concreto a ser discutido na primeira reunião de 2018, já considerando o convite ao Vice-Presidente e Corregedor Eleitoral do TRE, Desembargador Luiz Taro Oyama para participar.

Dando seguimento à pauta da reunião **Eduardo Cambi** convidou os coordenadores das Comissões Permanentes a discorrerem sobre as principais ações em 2017.

Bruno Galati comentou que a **Comissão de Inteligência**, coordenada por Lucimara legas (ausente) está indo muito bem e que a última reunião foi



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

realizada na Receita Federal ainda com a participação de representantes do MPF e DPF. Estão sendo retomados os registros dos RIFs (relatórios de informações financeiras), trocadas informações relevantes e que ficou claro que podemos fazer diferente.

Já a **Comissão de Prevenção e Controle Social**, da qual é coordenador teve grande atuação no projeto com Positivo, MPPR e CGE e que, no momento, estão discutindo o Termo de Referência que será concluído na próxima semana. Em 2018 será apresentada uma proposta de adesão às universidades.

Karlla complementou que o Projeto Observatório do Executivo e do Legislativo com Positivo está sendo reformulado, passando a ser anual e que terá a participação de outras instituições da Rede, já com a adesão do MPC, possibilitando que os alunos conheçam melhor a atividade de cada órgão.

Passando a palavra ao Carlos Kletemberg o Coordenador da Rede, Gerson, parabenizou a **Comissão de Capacitação** pela realização do III Encontro Estadual da Rede de Controle realizado na ALEP em 27 de outubro último. Kletemberg agradeceu e disse que a Comissão existe para cumprir os objetivos da Rede e que os desafios não param por aí. As avaliações dos participantes do Encontro foram analisadas e que a Comissão já tem uma proposta para realizar dois Workshops internos, ao ano, sobre temas sugeridos, provavelmente em março e junho de 2018.

A **Comissão de Acesso e Intercâmbio de Informações** foi representada por **Mauri Soczek** (MPF) na ausência justificada da coordenadora da Comissão, Clarice Fernandes (SEFA). Foi informado que reuniões continuam sendo realizadas entre os servidores dos órgãos que compõem a Comissão para fomentar o intercâmbio de informações, mediante convênio, e também para ampliar a divulgação de informações públicas nos respectivos portais da transparência, beneficiando os interessados e também a sociedade civil.

Esteve ausente Luiz Fernando **Feltran**, coordenador da **Comissão de Proposição Legislativa**, ficando para o início de 2018 sua apresentação.

Paula Thá acredita que a união de esforços, que o projeto comum, como o proposto pelo Deltan a respeito da análise dos candidatos de 2018 pode fortalecer a Rede e ao final do ano de 2018 apresentarmos os resultados.



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Cristine corroborou o convite da CGU e CGE para participarem do evento comemorativo do Dia Internacional contra a Corrupção. A programação reserva o balanço das ações de prevenção e combate à corrupção, além de palestras alusivas ao tema. Será no dia 05 de dezembro, às 14h00 no Auditório Poty Lazzarotto – Museu Oscar Niemeyer. Pede a divulgação nas instituições.

Nada mais havendo a ser tratado, ficou marcada a primeira reunião ordinária do ano de 2018 para 28 de fevereiro, no Tribunal Regional Eleitoral – TRE, às 09h30 e deu-se por encerrada esta reunião às 11h55.

Curitiba, 29 de novembro de 2017.

AGU – Vitor Pierantoni Campos _____

CELEPAR - Luiz Carlos Nunes _____

CGE – Gerson Luiz Ferreira Filho _____

CGU – Cristine K. Ganzenmüller _____

DPF – Felipe Eduardo Hideo Hayashi _____

MPC – Flávio de Azambuja Berti _____

MPF – Daniel Holzmann Coimbra _____

MPF – Paula Cristina Conti Thá _____



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

MPPR – Eduardo Augusto S. Cambi _____

MPT – Gláucio Araújo de Oliveira _____

PGE – Guilherme Soares _____

RFB – Carlos Alberto Kletemberg _____

SEJU – Hatsuo Fukuda _____

TRE/PR – Sérgio Luiz Maranhão Ritzmann _____